



STELLA SILVEIRA CAMPOS RESENDE

**TRABALHADORAS RURAIS NOS CAFEZAIS DA REGIÃO
DE INGAÍ- MG: A LUZ DA FORMALIDADE E
INFORMALIDADE, SUAS TRAJETÓRIAS E LIDAS**

**LAVRAS – MG
2022**

STELLA SILVEIRA CAMPOS RESENDE

**TRABALHADORAS RURAIS NOS CAFEZAIS DA REGIÃO DE INGAÍ- MG: A LUZ
DA FORMALIDADE E INFORMALIDADE, SUAS TRAJETÓRIAS E LIDAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do Curso de Administração
Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Profa. Dra. Camila Maria Risso Sales
Orientadora

**LAVRAS – MG
2022**

STELLA SILVEIRA CAMPOS RESENDE

**TRABALHADORAS RURAIS NOS CAFEZAIS DA REGIÃO DE INGAÍ- MG: A LUZ
DA FORMALIDADE E INFORMALIDADE, SUAS TRAJETÓRIAS E LIDAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 04 de maio de 2022.

Profa. Dra. Camila Maria Risso Sales-UFSCar

Profa. Dra. Andréa Vettorassi-UNICAMP

Profa. Dra. Camila Maria Risso Sales
Orientadora

Lavras-MG
2022

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, especialmente, por tornar possível o caminho até aqui, por ser exemplo de força, resiliência, amor e empatia.

Ao meu pai, por ser meu exemplo de benevolência e paciência, por apoiar e respeitar minha existência.

Às minhas irmãs, por estarem presentes, dividindo os anseios e as angústias por todos esses anos, à Camila por ser exemplo de leveza, calma e garra, à Tamiris por todo cuidado dedicado a nós e bondade sempre.

Aos meus avós, por me ensinarem a pertencer e a respeitar a terra, por me mostrarem o valor do trabalho e do tempo.

Aos meus tios, por estarem presentes, pelos ensinamentos e apoio sempre.

Às minhas amigas de São João Del Rei, por me fazer sentir pertencida a muitos outros lugares, por se fazerem presentes desde o início desse processo.

Às minhas amigas de Lavras, por todo apoio, amor e companheirismo sempre.

Aos meus amigos da UFLA, Eduardo e Thalís, por todo acolhimento e companheirismo.

À Universidade Federal de Lavras, por acolher e receber com toda infraestrutura necessária para minha formação durante esses anos.

À INCUBACOOP/UFLA, pela primeira experiência com a extensão, pelo crescimento, amizades, por todo trabalho e troca. Ao Observatório de Políticas Públicas/UFLA, por reacender a esperança no período de pandemia e por alimentar minha paixão pelo campo de políticas públicas.

Por fim, agradeço minha professora orientadora Camila Maria Risso Sales, por toda dedicação e paciência, por acolher minhas intenções na construção desse trabalho, respeitar meu processo e por se manter tão sensível no ambiente acadêmico.

*“Esta terra mora em mim, brotou em mim e enraizou”
(Itamar Vieira Junior)*

RESUMO

Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, as questões em torno da desigualdade de gênero no âmbito profissional, representam um problema que está longe de ser superado. São perceptíveis os avanços alcançados a partir de lutas e atos constitucionais, como a Constituição de 1988, no que diz respeito a garantias e leis trabalhistas incluindo no mercado de trabalho rural. No entanto, a invisibilidade e vulnerabilidade enfrentada por trabalhadoras ainda é um problema a ser enfrentado pelo Estado. Considerando situações de insegurança, trabalho sem registro e garantias, essas mulheres se encontram em situação de instabilidade muitas das vezes. Nesse sentido, o estudo desenvolvido a a partir de uma metodologia de cunho qualitativo, com realização de entrevistas e aplicação de mapas afetivos. Busca explorar a trajetória dessas mulheres no mercado de trabalho rural, analisando a forma como a legislação trabalhista ao longo das gerações foram responsáveis pela identidade dessas mulheres. A fim de compreender qual a relação entre o trabalho com registro e a estabilidade.

Palavras-chave: Trabalho rural, café, legislação trabalhista, interseccionalidade, mulheres trabalhadoras rurais.

ABSTRACT

With the insertion of women in the labor market in Brazil, issues around gender inequality in the professional sphere represent a problem that is far from being overcome. The advances achieved from struggles and constitutional acts, such as the 1988 Constitution, with regard to guarantees and labor laws, including in the rural labor market, are perceptible. However, the invisibility and vulnerability faced by workers is still a problem to be faced by the State. Considering situations of insecurity, work without registration and guarantees, these women are often in a situation of instability. In this sense, the study was developed from a qualitative methodology, with interviews and application of affective maps. It seeks to explore the trajectory of these women in the rural labor market, analyzing the way in which labor legislation over the generations was responsible for the identity of these women. In order to understand the relationship between work with registration and stability.

Keywords: Rural work, coffee, labor legislation, intersectionality, rural women workers.

LISTA DE SIGLAS

AIMTR/SUL	Articulação de Instância de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Sul
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEI	Centro de Estatística e Informações
COHAB	Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
EPI	Equipamento de Proteção Individual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
MMA/SC	Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
PAD	Pesquisa por Amostra de Domicílios
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar
PRORURAL-FUNRURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 A divisão social e sexual nas relações de trabalho rural.	12
2.2. Trajetória do mercado de trabalho rural das mulheres camponesas e assalariadas no Brasil.	14
2.4. Do reconhecimento social à garantia de direitos trabalhistas.	17
2.5 O trabalho das mulheres nas plantações de café	19
3. METODOLOGIA	21
3.1 História oral como entrevista	21
3.2 Mapas Afetivos	21
4. DISCUSSÃO E RESULTADOS	23
4.1. História oral	23
4.1.1 Sonia	23
4.1.2. Joana	24
4.1.3. Vanda	25
4.2. A vida das mulheres e os direitos trabalhistas	25
4.3. Relação com trabalho doméstico enquanto trabalhadoras rurais	29
4.4. Como o trabalho atravessa os corpos nos sentidos físicos e psíquicos	30
4.5. Interpretação dos mapas afetivos	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, as questões em torno da desigualdade de gênero no âmbito profissional, representam um problema que está longe de ser superado. O momento marcado pelo período de crescimento industrial e conseqüentemente da demanda por trabalho produtivo, além da continuação do processo de urbanização fez com que essa inclusão se iniciasse em razão de uma combinação de aspectos econômicos, sociais e culturais.

No entanto, pensar sobre esse processo de inclusão, requer pensar também sobre os papéis sociais que historicamente foram impostos às mulheres no que tange a segregação ocupacional e à desigualdade de rendimento (CAMARGOS; RIANI; MARINHO, 2013). A divisão social e sexual do trabalho, implicou que uma maior responsabilidade com os trabalhos domésticos, bem como os cuidados com a família, seja com filhos e filhas ou entes próximos, idosos ou pessoas com enfermidades fosse, por um longo período, destinada somente às mulheres. Ainda hoje essas tarefas são desigualmente distribuídas nos lares das famílias brasileiras. Tal acontece, especialmente em regiões interioranas, sujeitando essas mulheres a uma menor participação no processo produtivo ou gerando sobrecargas na tentativa de conciliar o trabalho produtivo ao trabalho reprodutivo. Dessa forma, uma das questões pertinentes a serem discutidas é a complexidade do trabalho feminino, no que se refere à jornada e à multiplicidade das atividades desempenhadas pelas mulheres (EBLING, et al., 2015).

Dessa forma, consideramos uma pesquisa realizada pelo Centro de Estatística e Informações (CEI), no estado de Minas Gerais, como forma de dar ênfase à participação de mulheres dessa região no mercado de trabalho. Segundo esta existem diferenças de inserção ocupacional por sexo, sendo que o nível ocupacional de homens se mantém sempre superior ao das mulheres. Pela pesquisa feita em 2011, entre mulheres sem instrução apenas 12,5% estão inseridas no mercado de trabalho, enquanto entre homens na mesma condição o percentual era de 44,3% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011). De acordo com o Centro de Estatística e Informações (CEI), do ano de 2013, o nível de ocupação dos homens também se manteve maior. De modo geral entre os ocupados, 60,7% eram homens, enquanto 39,3% eram mulheres (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014).

Acerca da informalidade nas relações de trabalho, o percentual é maior de acordo com menores índices de instrução, contudo, os índices de mulheres trabalhadoras informais em comparação aos homens em situação de informalidade, é maior em todos os níveis de instrução,

sendo o percentual geral de trabalhadores e trabalhadoras informais sem instrução respectivamente, 65,5% e 65,9% (CAMARGOS; RIANI; MARINHO, 2013).

Além disso, segundo Camargos, Riani e Marinho (2013) o tempo de trabalho gasto com afazeres domésticos, na maioria das vezes não é contabilizado em pesquisas oficiais como atividade de trabalho, o que penaliza as mulheres já que ainda são as maiores responsáveis por esses serviços. Conforme dados do PAD-MG (2011), o tempo despendido por mulheres para trabalho doméstico em relação ao tempo dos homens era de 13,8 horas por semana a mais, representando mais que o dobro do tempo dos homens (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2011).

De acordo com Fraser (2013) às lutas de classes, continuamente atreladas à desigualdade de gênero, trazem a dominação cultural como estrutura para a exploração, sendo uma injustiça fundamental para o sistema. Para a autora, é possível separar em duas esferas de coletividades que estão inseridas em contextos de desigualdades. Assim, a combinação de características de classe explorada e desigualdade de gênero, são chamadas de coletividades bivalentes, sendo remontadas por estruturas que permeiam tanto o âmbito econômico, como político e cultural.

O impacto gerado por essas estruturas, atravessam as relações de trabalho criando formas de segregação e divisão sexual dele. Além da disparidade a respeito de remuneração e ocupação, existe também uma desvalorização dos trabalhos reprodutivos.

A divisão sexual do trabalho tem, portanto, caráter estruturante que se ancora na definição assimétrica de função conforme o sexo, podendo a escolha das mulheres em suas possibilidades de ação. A responsabilidade atribuída a mulheres e homens, em muito, se fundamenta em uma forma de gerir a vida em sociedade em conformidade às aptidões ditas como naturais para os sexos (PASSOS; SOUZA, 2020, p.199).

Essas estruturas corroboram um lugar de invisibilidade, o que perpassa não apenas o mercado de trabalho, como a própria subjetividade das mulheres, a forma como se colocam enquanto sujeitas políticas na sociedade. Sendo esse, um dos problemas persistentes na luta contra a desigualdade de gênero. Segundo Maciazeki-Gomes; et al., (2016) embora nesses lugares de invisibilidade e submissão destinados às mulheres tenham emergido movimentos coletivos na luta pela garantia de direitos, traz uma problematização no que diz respeito à participação política, por posições estabelecidas sobre o papel das mulheres na sociedade.

Dentre as múltiplas invisibilidades a que as mulheres estão submetidas, em específico nas atividades produtivas, estão também as trabalhadoras rurais, a presença das mulheres no universo do trabalho no campo é algo indiscutível, ainda que elas permaneçam invisibilizadas

em muitos contextos, afirma Maciazeki-Gomes, et al. (2016). Ainda segundo dados do IBGE (2014) a agropecuária estava entre as áreas que mais concentram pessoas em atividades informais (67,2%).

Além disso, no que diz respeito às políticas públicas nesse sentido, em sua maioria não contemplam as mulheres, sobretudo do âmbito econômico, o que enfatiza a desigualdade do trabalho das mulheres no meio rural (MARQUES; SILVA, 2018). Muitas vezes, a desvalorização do trabalho das mulheres no campo, acontece também por este ser visto como uma extensão do trabalho doméstico, no que tange a trabalhadoras rurais assalariadas. Isso faz com que sejam destinados a elas os trabalhos temporários, em épocas específicas do ciclo das plantações e colheitas. As próprias agricultoras não enxergam como trabalho formal, consideram apenas como uma “ajuda” temporária ao orçamento doméstico (PAULILO, 2013).

Segundo Ebling, et al. (2015), em entrevista a mulheres de um assentamento do MST localizado no Rio Grande do Sul, uma expressão marcante nas falas das entrevistadas, foi o da “lida” das mulheres do assentamento. A lida pode ser considerada como ação de lidar, trabalho prolongado, acúmulo de serviços, pressa. No cenário da vida das mulheres essas lidas costumam se dar de modo ainda mais extenso, considerando as responsabilidades impostas como citamos anteriormente. Ao falar de mulheres que exercem atividades remuneradas no campo, informais ou formais, compreendesse que suas lidas são múltiplas.

Diante desse contexto, com intuito de compreender mais a realidade das mulheres que ocupam esse espaço, não só no meio profissional como a forma que se veem na sociedade por um todo, este trabalho propõe uma pesquisa acerca das multiplicidades e lidas das mulheres trabalhadoras rurais nas plantações de café em fazendas da microrregião de Lavras no sul de Minas Gerais.

Sendo assim, o objetivo do respectivo trabalho se conecta a importância de compreender as trajetórias e lidas das trabalhadoras rurais sobre a ótica tanto da subjetividade das mulheres entrevistadas, como da legislação trabalhista, durante seus processos e avanços.

A partir disso, o foco desse estudo se justifica considerando que apesar da legislação trabalhista, bem como o trabalho realizado por mulheres, ter passado por um processo de conquista de direitos, o espaço do trabalho rural para elas, ainda é um lugar de muita invisibilidade, além da persistência da informalidade e não garantia dos direitos trabalhistas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado em três tópicos, a saber: o contexto das mulheres que trabalham formal ou informalmente no campo, incluindo não somente trabalhadoras assalariadas como mulheres rurais que participam da agricultura familiar; a relação entre a divisão sexual e social do trabalho nesse contexto; o trabalho feminino nas plantações de café.

2.1 A divisão social e sexual nas relações de trabalho rural.

Para tratar da divisão social e sexual em torno das relações de trabalho, é fundamental compreender as questões sobre o lugar que as mulheres ocupam, sobre a ótica das relações de poder nas relações de gênero e classe.

Nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas (HIRATA, p. 61, 2014).

Dessa maneira, de acordo com Helena Hirata (2014), é feita uma análise do “conhecimento situado” ou de “perspectiva parcial” da epistemologia feminista partindo do conceito de interseccionalidade ou consubstancialidade. Esses conceitos formulam a ideia de que embora sejam apresentados como preceitos da ciência, a neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade, a realidade é apresentada a partir da visão de mundo de homens, como os responsáveis por criarem essa ciência.

Nesse sentido, a interseccionalidade surge como tentativa de trazer para o centro múltiplas fontes de identidade, ainda que não seja uma intenção fazer com que apenas uma dessas identidades seja de certo modo uma determinação global. Enquanto para Crenshaw (1989), o conceito de interseccionalidade, tem como pressuposto a confluência entre sexo e raça, para Kergoat (1978), no conceito de consubstancialidade, o embate é acerca das questões entre sexo e classe, resultando em enredos distintos. A perspectiva de articular sexo e raça, se faz importante para a presente pesquisa, considerando que quando se trata de desigualdades salariais no mercado de trabalho, bem como no mercado de trabalho rural, a divisão não se dá apenas entre sexo, mas também entre raça, ou seja, homens brancos recebem remuneração mais

alta, em seguida homens negros e mulheres brancas e mulheres negras ocupam o lugar de pior remuneração. Se tratando do Brasil, as mulheres tanto brancas quanto negras possuem trajetórias duradouras em ocupações com menor prestígio além de condições ruins de trabalho, como por exemplo emprego doméstico, atividades mais ocupadas por mulheres negras. Além de ambas estarem muito representadas nas taxas de desemprego (HIRATA, 2014).

A desvalorização dos trabalhos que são considerados trabalhos femininos é também crucial para referenciar a desigualdade que as trabalhadoras sofrem em relação ao reconhecimento e remuneração de sua mão de obra, a classe de trabalho de *care*. Segundo Tronto (2009), existem dois polos que regem o serviço de *care*, sendo eles o de provedores e beneficiários, em que as mulheres, pobres ou imigrantes ocupam a maior parte dos provedores já os beneficiários representados por todas as pessoas que possuem poder e meios para usufruírem desse cuidado. Logo, a questão de gênero não é a única responsável, mas classe e raça também influenciam. Há, dessa forma, relações de poder imbricadas na forma como a construção do trabalho de *care* foi construído historicamente e culturalmente. Assim como se mantém de maneira estruturante não só quando se trata de formas de emprego, como formas de destinar esse trabalho para as mulheres em seus próprios lares. Dessa forma, é possível afirmar que o problema da desvalorização do trabalho de *care* atualmente, está relacionado a essas questões.

Duas explicações têm sido formuladas nesse debate: a das teorias feministas, que consideram que essa desvalorização está na continuidade da desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado no âmbito da família, executado gratuitamente pelas mulheres, e a da teoria inovadora de Paperman (2013), em que a vulnerabilidade e a falta de cidadania dos idosos dependentes e dos portadores de deficiências repercutem sobre o status dos cuidadores, que pertencem a uma população considerada de “segunda categoria” (HIRATA, p. 67, 2014).

Sendo assim, o trabalho de *care*, é composto majoritariamente por mulheres de realidades sociais menos favorecidas, sendo em sua maioria pobres, de classes subalternas e imigrantes evidenciando uma divisão sexual, social e racial dele. A interseccionalidade surge como uma forma de combater essas formas de segregações e estruturas, funcionando como um mecanismo de luta política capaz de questionar e trazer para o espaço de debate e de questionamento a maneira como as classes mais privilegiadas exercem a relação de poder nessa conjuntura. Falamos, portanto, dos espaços destinados as mulheres, da divisão social e sexual do trabalho e reverberação desses processos podem ser vistas tanto no meio urbano quanto rural.

Ademais, compreender a identidade política das mulheres e de suas lutas, requer a consciência das múltiplas formas indentitárias responsáveis por compor esse grupo. “A identidade, neste enfoque, ativada pela inserção e participação política é vista como plural, distanciando-se de uma matriz essencialista, evoca os diferentes sentidos relacionados aos modos de constituir-se mulher trabalhadora rural” (GOMES, et al. p. 151, 2016).

Essas identidades, vão da ideia de demarcação de identidades definidas, a salientar a ideia de identidades históricas e fluidas, que não imutáveis. Considerando as narrativas, histórias de vida, contextos sócio, histórico, político, econômico e culturais que atravessam essas discussões de maneiras diferenciadas (GOMES, et al., 2016). O espaço ocupado pelas mulheres a partir disso, em movimentos sociais, foi fundamental para que elas pudessem questionar a divisão e papéis impostos a elas, no que tange família e trabalho doméstico. Isso possibilitou a elas que passassem a ocupar mais os espaços de luta além de pautar suas causas, bem como valorizarem o próprio trabalho realizado não só no meio rural como atividades cotidianas e reduzir em certo nível a invisibilidade de suas lidas. Além do reconhecimento político ser fundamental para a abertura de espaços em organizações sociais, mistas, como sindicatos, associações e cooperativas (GOMES, et al., 2016). O compartilhamento das trajetórias que o espaço político oferece, reflete no coletivo, construindo um elo entre as mulheres que pertencem ao mesmo estrato social. Sendo assim, a participação política possibilitou uma nova ótica sobre suas multiplicidades, enquanto mulheres e trabalhadoras rurais.

No que concerne os movimentos políticos identitários e as mulheres trabalhadoras rurais assalariadas, a importância também está relacionada no que diz respeito às baixas remunerações que geralmente são oferecidas as mesmas. A construção de espaços que dialoguem com as pautas trabalhistas e de gênero no mercado de trabalho, são capazes de gerar uma tomada de consciência acerca da valorização da mão de obra delas próprias.

2.2. Trajetória do mercado de trabalho rural das mulheres camponesas e assalariadas no Brasil

Nesse momento, como forma de delinear um caminho acerca das mulheres camponesas que discuta com suas identidades, é importante analisar uma mudança política fundamental neste cenário. A unificação de diferentes movimentos rurais autônomos de mulheres e a criação de um movimento nacional (SALVARO; WOLFF, 2013). No começo da década de 1980, teve

início o Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC). O MMA/SC teve início em 25 de julho de 1981, em Itaberaba, distrito do município de Chapecó. A primeira fase foi marcada pela movimentação e organização de agricultoras e agricultores, sobre a conquista da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, e a partir disso, no dia 1º de maio de 1983, 28 mulheres, em conjunto com religiosos e agentes da pastoral, definiram os rumos iniciais do movimento (SALVARO; WOLFF, 2013).

Nas décadas de 1980 e 1990, em grande medida, as lutas empreendidas pelo MMA/SC articulavam gênero e classe pela conquista de direitos trabalhistas previdenciários (direitos propiciados, em grande parte, pela Constituição Federal de 1988): sindicalização das mulheres e a disputa da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, reconhecimento da profissão, aposentadoria, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-doença, salário-maternidade, entre outros. (SALVARO; WOLFF, p. 81, 2013)

Em agosto de 1994, foi publicada uma cartilha de formação intitulada “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos”, esta foi distribuída pela Articulação de Instância de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Sul (AIMTR/SUL, 1994). Sendo considerada uma das principais ações do movimento, conferindo às agricultoras os direitos como cidadãs. De acordo com Salvaro e Wolff (2013), as informações que compuseram a cartilha, evidenciam que a posição da trabalhadora rural precisou ser construída e politicamente reconhecida. Posteriormente, no ano de 2004, a partir do surgimento de outros movimentos rurais autônomos de mulheres no Brasil, foi consolidado um movimento autônomo e nacional, o Movimento de Mulheres Camponesas. A luta por direitos sociais, através de determinada identidade, faz com as mulheres elaborem um novo sujeito político: as mulheres agricultoras.

De acordo com Judith Butler (2003), a construção de uma identidade, que coloca as mulheres como categoria de um sujeito no feminismo, convém como meio de dar visibilidade às mulheres, em circunstância da falta de representação ou inexistência dela. No entanto, considerando a complexidade em torno das identidades políticas, faz-se mister, dar luz às reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais e agricultoras, considerando que se encontram em contextos de disputas por reconhecimento cultural e redistribuição socioeconômica, conforme apresentado por Nancy Fraser (2001) no conceito de comunidades bivalentes.

Quando consideramos coletividades localizadas na região intermediária do espectro conceitual, encontramos tipos híbridos que combinam características da classe explorada com características da sexualidade desprezada. Essas coletividades são “bivalentes”. São diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômico-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade. Oprimidas ou subordinadas, portanto, sofrem injustiças que

remontam simultaneamente à economia política e à cultura. (FRASER, p. 233, 2001)

Tendo em vista a importância política da construção de identidade cartilha “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos” foi um elemento crucial para informar e orientar as trabalhadoras rurais, sobre seus direitos sociais e sobre seus papéis dentro de um contexto mais amplo de um sujeito coletivo, as mulheres camponesas. O reconhecimento sobre seus papéis enquanto mulheres rurais e agricultoras, devido ao ganho de visibilidade de seus trabalhos, faz com que elas passem a compreender suas identidades para além dos trabalhos domésticos. Nesse contexto, a luta de gênero e classe e a construção dessa identidade política de mulheres camponesas, ultrapassam limites regionais.

A categoria camponesa do MMC, reúne agricultoras, pescadoras artesanais, extrativistas, quebradeiras de coco, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas, pois todas produzem alimento e garantem a sobrevivência da família. (SALVARO; WOLFF, p. 81, 2013)

Todo esse repertório inicial no que diz respeito à identidade política e conquista por direitos sociais das trabalhadoras rurais, fizeram com que essas mulheres passassem a se reconhecer nessas produções, apesar de nas relações de trabalho no meio rural ainda sofrerem formas de segregação sexual e social. Nesse sentido, vale ressaltar que as políticas públicas neste setor, ainda atingem minimamente as mulheres, principalmente no que diz respeito ao aspecto econômico, evidenciando a invisibilidade conferida às trabalhadoras. Outro ponto importante acerca do assunto, é a condição de saúde em que essas mulheres estão expostas, por se sujeitarem a trabalhos que demandam muito esforço físico, em trabalhos majoritariamente braçais, bem como as adversidades da natureza que enfrentam, como chuvas, temperaturas muito elevadas ou muito baixas. Além disso, muitas vezes sofrem com a sobrecarga de duplas ou triplas jornadas. O que pode resultar não apenas em problemas de saúde física, como também de saúde mental.

O mercado de trabalho rural, funciona, muitas vezes, como forma de aumentar a renda familiar, havendo uma predominância nas populações do Nordeste e Sudeste do país nesse tipo de trabalho. Em relação a cor ou raça, ocupando essas formas de trabalho, a predominância é de pardos ou amarelos, brancos, pretos e indígenas respectivamente. Sobre as divisões de gênero, esse mercado é predominantemente composto por pessoas do sexo masculino. E considerando gênero e nível de qualificação ou estudo, as pessoas de sexo feminino apresentam índices mais altos de escolaridade que as pessoas de sexo masculino (SANTOS, et al. 2010).

Sobre a importância do trabalho desse grupo no setor rural, segundo a FAO, as mulheres representam um percentual muito significativo da força de trabalho agrícola em países em desenvolvimento e, ainda assim, muitas vezes enxergam o trabalho no campo como uma extensão do trabalho doméstico. Nesse sentido, quando se trata do trabalho assalariado, apesar de as mulheres também se fazerem muito presentes, muitas vezes esse trabalho acontece de forma informal e não é mostrado nas estatísticas. Segundo Paulilo (2013), a preferência dos proprietários por este tipo de mão de obra deriva justamente do caráter de “ajuda” atribuído a tais atividades, resultando em pouca revolta por parte das trabalhadoras com relação à baixa remuneração.

De acordo com Paulilo (2013) muitas das alternativas propostas como forma de reduzir a sobrecarga doméstica que é desempenhada majoritariamente por mulheres, são um tanto quanto utópicas, além de não haver muitos exemplos em que essas alternativas obtiveram resultados positivos. Entre as ideias como solução, está o desenvolvimento de tecnologias, que auxiliem no trabalho realizado no lar com intuito de poupar o esforço feito pelas mulheres, contudo, existem impasses no que tange a atividades de cuidado seja com crianças, idosos ou pessoas com alguma enfermidade. A alternativa de que a divisão seja feita com os homens que residem na mesma casa, sequer costuma ser mencionada porque, segundo o autor, estaria em contradição com a proposta de igualar a produtividade entre mulheres e homens, com base no modelo atual em que os afazeres domésticos são de responsabilidade das mulheres.

2.4. Do reconhecimento social à garantia de direitos trabalhistas.

Ao tratar do mercado de trabalho rural é necessário considerar que a concentração de terras, os latifúndios e monoculturas implicam nas condições de trabalho e na precariedade e informalidade. Tanto para homens quanto para as mulheres pobres, o reconhecimento é algo ainda a conquistar, quando consideramos as relações de gênero, as mulheres se encontram em um local ainda menos justo, considerando que em determinados momentos nem mesmo foram reconhecidas como parte da população economicamente ativa. Incluindo-se regimes de trabalho com assalariamento informal, instabilidade e falta de garantia de direitos trabalhistas, muitas vezes, por não terem carteira de trabalho assinada. Isso fez com que a participação das trabalhadoras rurais em movimentos feministas em prol da luta pela garantia de direitos e pelo reconhecimento de seu trabalho emergisse, principalmente a partir dos anos 1980. As mulheres promoveram encontros regionais em que levavam pautas sobre conciliar maternidade e

trabalho, violência física que sofriam no campo e em casa. Passaram a reivindicar principalmente a necessidade de mudanças sobre as discriminações sofridas por elas e a divisão sexual do trabalho rural (DORNELA, 2018). E essas trabalhadoras, muitas vezes, precisavam levar seus(as) filhos(as) para as lavouras, pela falta de creches ou pela falta de horários disponíveis que atendiam a demanda dessas mulheres. Em termos de garantias trabalhistas, no que diz respeito à previdência, as trabalhadoras conseguiram se aposentar somente aos 60 anos, considerando apenas as que não eram casadas. Com a Constituição Federal de 1988, possibilitou-se o reconhecimento dessas mulheres como trabalhadoras rurais e a conquista pelos direitos formais à terra, fazendo com que fossem incorporadas na cidadania formal.

Os dispositivos referentes à Previdência Rural na Constituição de 1988 e sua posterior regulamentação pelas Leis 8212/1991 e 8213/1991 – com algumas alterações introduzidas pela Lei 11.718/2008 – foram responsáveis pela fixação de importantes regras que conferiram a essa política previdenciária a dimensão socioeconômica que ela apresenta hoje para a população do campo. (DORNELA, p. 65, 2018)

Por consequência desses marcos normativos, foi designado à população trabalhadora rural, em termos de previdência, as seguintes categorias: empregados(as) rurais, contribuintes individuais e segurados(as) especiais (VALADARES; GALIZA, 2016). Sendo empregadas e empregados, os que prestassem serviços de cunho não eventual, por meio de remuneração, considerados contribuintes obrigatórios da Previdência Social. Contribuintes individuais são trabalhadores e trabalhadoras que prestam serviços de maneira eventual, como os safristas, em que as relações de trabalho são cobertas de precariedade de vínculos e sazonalidade da ocupação. Apesar de, em teoria admissão ser por meio de contrato temporário, o que implicaria em obrigações previdenciárias, a formalização por meio de contratos apresenta níveis muito baixos, persistindo assim a informalidade.

Segundo, Santos, Meira e Souza (2018), realizam estudo sobre as produções de café no município de Barra da Choça, que fica a 27 km de Vitória da Conquista, e é o maior produtor de café arábica (*Coffea arabica*) do norte/nordeste brasileiro, sendo responsável pelo fortalecimento da economia da região. Mostram que a trajetória das mulheres nos cafezais nessa região é fundamental, contando com envolvimento em movimentos como A Aliança Internacional das Mulheres do Café - IWCA. Este se baseia em uma rede de contatos, oferecendo cursos de treinamento e na incorporação das mulheres na cadeia de abastecimento. No entanto, segundo os autores, "As mulheres que fazem parte desta Aliança produzem café de qualidade, entretanto há necessidade de aprender a comercializá-lo" (SANTOS; MEIRA; SOUZA 2018 p. 62). É possível identificar por um recorte de classe diferente a persistência da

desvalorização do trabalho das mulheres, que se encontram enquanto produtoras de café, se tratando da comercialização que muitas vezes é dificultada e diferenciada de acordo com o gênero. Dessa forma é importante frisar que na presente pesquisa é direcionada às mulheres que percorrem a interseccionalidade entre vulnerabilidades tanto de classe, cor e condições de trabalho remunerado.

Diante desse contexto, é possível compreender que a trajetória das mulheres que trabalham nas plantações de café, enfrentam adversidades tais como, a informalidade, a falta de reconhecimento, sobrecargas de trabalho considerando que na maioria das vezes possuem outras responsabilidades de acordo com seus arranjos familiares, enfrentam muitas vezes condições de precariedade no trabalho, em relação à alimentação, infraestrutura se fazendo de extrema importância as lutas e reivindicações pelas trabalhadoras.

2.5 O trabalho das mulheres nas plantações de café

Para compreender a relação das mulheres trabalhadoras rurais, com o ambiente de trabalho e suas lidas, é importante percorrer os caminhos que estão envolvidos nos processos até o trabalho de campo. Sendo assim, compreender processos migratórios, desigualdades e condições trabalhistas se fazem crucial nesse momento.

As migrações podem ser responsáveis por grandes fenômenos que ocorrem na sociedade, considerando que os movimentos migratórios de modo geral se dão pelo movimento que acontece de seres humanos que se deslocam por motivos diversos de um território, espaço ou ambiente para outro.

No Brasil, é essencial ao falar sobre os movimentos migratórios, considerando o contexto histórico, social e econômico que os envolve.

Historicamente, no Brasil, é difícil falar de pobreza sem atentar para os grandes deslocamentos da população, como também é difícil falar destes deslocamentos sem relacioná-los à exclusão social. Isto não significa estabelecer, sem mais, uma causalidade mecânica e imediata entre pobreza e migração. (GONÇALVES, p. 173 2001)

Ainda que não se deva considerar apenas a relação com a pobreza para compreender as migrações, é fundamental analisar a forma como ela está diretamente relacionada, além das formas de trabalho que são oferecidas as classes menos privilegiadas. De acordo com o Censo 2010 (IBGE) 35,4% da população não residia no município que nasceu, muitas dessas pessoas se deslocavam para estudar ou trabalhar, das pessoas, de 10 anos ou mais de idade ocupadas em

2010, 87,1% trabalhavam no mesmo município onde moravam, sendo que 26,6% trabalhavam no próprio domicílio e 11,8% da população ocupada trabalhava em outro município.

Dessa forma, é possível compreender que esses deslocamentos são espaços para grandes transformações ao longo dos anos. Contudo, dentro do espaço das migrações, existem subgrupos que são diferentes tipos de processos, para compreender em quais se enquadram as mulheres trabalhadoras rurais é necessário discorrer sobre alguns modelos migratórios, sendo eles o de migrações temporárias ou migrações sazonais.

Devido a desigualdades regionais e com o aumento da demanda de mão de obra especializada nos centros urbanos, muitas pessoas ficaram na informalidade. Diante disso, uma forma de trabalho comum todos os anos, tanto para homens quanto mulheres, trabalhadores e trabalhadoras rurais, são os empregos de safristas, que acompanham as safras, como da cana-de-açúcar, da laranja, da uva, do café, duram em média de três a sete meses e são responsáveis por grandes fluxos de trabalhadores e trabalhadoras, que são chamados migrantes sazonais. Sendo formada tanto pela população da própria região, como também por pessoas que deixam sua terra natal e vão para as regiões da agroindústria. Além da população rural, que muitas vezes por falta de incentivos para pequenos produtores por parte do Estado e até mesmo do Governo municipal, precisam de rendas extras para conseguirem se manter.

A penetração intensa de relações capitalistas na agropecuária das mesorregiões geográficas do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas, sobretudo nas duas últimas décadas, tem acelerado a inviabilização econômica de pequenos agricultores, permitindo o aumento da concentração fundiária e a liberação de enorme contingente de trabalhadores móveis. Esta modernização conservadora, como em outras regiões do Brasil, se impõe na forma de grandes projetos agroempresariais, no uso intensivo de técnicas mecanizadas e insumos modernos poupadores de mão de obra e na produção de mercadorias direcionadas ao grande mercado consumidor nacional e internacional. (SOUZA; FREITAS, p. 5 2015)

Se tratando da migração das mulheres, o cenário não é diferente e muitas vezes é ainda mais precário. Mulheres de todas as idades migram não só como forma de conseguir uma renda extra, mas como forma de sobrevivência nos lugares onde já vivem, muitas já assumiram responsabilidades com filhos e fazem parte de vários arranjos familiares.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como intuito avaliar a realidade de mulheres trabalhadoras rurais em plantações de café na microrregião de Lavras (MG), a fim de compreender as questões que permeiam a vida dessas mulheres, seja no que tange a vida profissional, quanto o entorno de suas individualidades.

A presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de cunho qualitativo, que contará com a aplicação de entrevistas realizadas com três mulheres moradoras do município de Ingaí (MG), com intuito de que sejam colhidas narrativas individuais das respectivas entrevistadas. São usados ainda mapas afetivos como forma de capturar traços importantes da individualidade das trabalhadoras que possam não ser externalizados nas entrevistas, além da pesquisa bibliográfica e dos dados coletados.

Como suporte teórico-metodológico realizamos ainda a pesquisa de cunho bibliográfico.

3.1 História oral como entrevista

As entrevistas foram realizadas nas residências das mulheres, a partir da metodologia de história oral, o objetivo foi visualizar a pesquisa para além dos dados trazidos pela pesquisa bibliográfica, como forma de romper com as análises que segregam os espaços produtivos e reprodutivos, e naturalizam as habilidades femininas (BUENO, 2016).

A história oral é, afinal, uma maneira de dar voz aos sem voz e capturar neste momento todas as suas subjetividades e fatos mais marcantes. Elas são o tear composto por fios de uma vida pessoal e de um contexto histórico específico (VETTORASSI, 2014, p.160)

Foram realizadas três entrevistas com mulheres de idades distintas, com duração média de 45 minutos, que foram gravadas possibilitando posteriormente a transcrição dos trechos mais interessantes para essa pesquisa.

3.2 Mapas Afetivos

Como método de pesquisa para avaliar suas identidades temporais e espaciais das entrevistadas, serão utilizados os denominados “mapas afetivos” como ferramenta para

compreender de que modo as lembranças são transportadas para o papel em desenhos e falas a partir da história oral. Considerando a ligação entre memória e sentimento de identidade, na forma como constroem a própria imagem e quando avaliadas por outros, podem gerar disputas e conflitos sociais, políticos e culturais, bem como em outras esferas como nas relações de trabalho (VETTORASSI, 2014). Essa etapa consiste em oferecer ferramentas às entrevistadas para que elas transmitam para o papel, em desenhos e ilustrações o que foi contado em sua história oral, sobre seu cotidiano e múltiplas trajetórias.

O objetivo através dos mapas afetivos é trazer para o centro a forma como as lembranças e sentimentos das entrevistadas se revelam para o papel. Ainda que a metodologia tenha recebido algumas reflexões, já foram muito utilizados em estudos nas áreas da psicologia, psiquiatria e terapia ocupacional. Podendo ser destacados os estudos de Nise da Silveira e Carl Gustav Jung (2001), que acreditavam nas pinturas e desenhos de seus pacientes como forma de representar o self compartilhado, no poder das imagens como meio de compreender perspectivas mais centrais dos indivíduos.

Para realização do mapa foi disponibilizado uma caixa de lápis de cor grande, canetas coloridas, tinta para aquarela, lápis preto, borracha e uma cartolina branca para cada. A conversa continuou a ser gravada durante a construção dos mapas.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Como forma de compreender as narrativas coletadas a partir das entrevistas com as mulheres trabalhadoras rurais, feita em formato de história oral. Será traçado o perfil de cada uma das três entrevistadas, com nomes fictícios para representá-las.

4.1. História oral

4.1.1 Sonia

É uma mulher negra de 76 anos, que nasceu em uma fazenda no município de Cruzília (MG), morou a maior parte de sua vida na zona rural da região e vive no município de Ingaí em um bairro de Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB), com o esposo e um neto, tem quatro filhos que moram em outras cidades da região. Ela foi criada pela mãe, sendo a filha mais velha entre onze irmãos e irmãs, começou a trabalhar aos 10 anos de idade, nas plantações de café na fazenda onde moravam, a qual não respeitava a legislação trabalhista da época. Chegou a frequentar a escola por um curto período, o que fez com que ela não fosse alfabetizada, por ter que assumir desde cedo a responsabilidade de do trabalho doméstico e do cuidado com os irmãos mais novos, tarefas divididas entre ela e a mãe.

Ao longo da infância ela e a família mudaram de fazenda algumas vezes devido à instabilidade dos empregos, trabalhando tanto com o próprio café, arrancando feijão e colhendo milho. Casou aos 19 anos e a partir disso foi morar em outra fazenda da região, onde o marido trabalhava. Trabalhou por muitos anos na plantação de café da fazenda, foi onde teve pela primeira vez sua carteira de trabalho registrada, após a inclusão de trabalhadores rurais na Constituição de 1988, já após os 40 anos de idade e com pelo menos 20 anos de trabalho sem registro. O caminho que fazia para chegar ao cafezal durava em média duas horas, era feito todo a pé pelas trabalhadoras e trabalhadores da fazenda, a não ser nas plantações que se encontravam nas serras, necessitando de um trator para o transporte.

Atualmente enfrenta problemas de saúde e está há quatro meses sem andar por conta de uma cirurgia que realizou há pouco tempo nas duas pernas para colocar próteses devido a uma doença que causou um desgaste. Segundo ela, as dores começaram há mais de seis anos, e foram quase cinco anos esperando para conseguir fazer a cirurgia.

Além disso, todo o trabalho doméstico foi sua responsabilidade durante todos os anos do casamento, desde quando moravam nas fazendas até alguns anos atrás morando já na cidade.

Com os problemas de saúde, uma das filhas precisou vir morar com eles para ajudar no trabalho doméstico e nos cuidados da recuperação pós cirurgia.

4.1.2. Joana

É uma mulher branca de 57 anos, que nasceu em Ingaí (MG), na infância morou na zona rural no município de São Tomé das Letras, em uma comunidade conhecida como Sobradinho, estudou até o quarto ano na escola da comunidade e começou a trabalhar nas plantações de café aos 13 anos. Casou aos 19 anos e continuou trabalhando como safrista em fazendas no município de Luminárias e Ingaí (MG), teve registro na carteira de trabalho pela primeira vez no ano de 1996, aos 31 anos de idade e já com mais de 13 anos no mercado de trabalho rural sem registro. Sendo a carteira assinada apenas nos períodos da colheita. Nesse intervalo, além de não ter garantias trabalhistas, fica desempregada, devido à diabetes, que dificulta que ela trabalhe em outras atividades do ciclo do café, por serem ainda mais pesadas que a panha. Atualmente mora em Ingaí, em um bairro da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB), com o esposo, tem um filho e uma filha que não moram mais na mesma casa que eles. Quando os filhos eram pequenos e moravam na zona rural, ela conta que recebia ajuda da mãe e de outros familiares para cuidar das crianças enquanto ela trabalhava no café, depois começaram a ir para escola e no outro período o pai estava por perto na fazenda. Afirma que nos últimos anos as condições de trabalho nos cafezais evoluíram muito em relação a períodos passados e considerando a fazenda em que trabalha atualmente. Contam com um transporte que leva e traz as trabalhadoras todos os dias, são distribuídos EPIs necessários, como botinas, protetor solar, chapéu, luvas, assim como garrafas de água e marmitas. Quando não acontece nenhum imprevisto como a condução estragar, ou chuvas fortes que dificultam o caminho pela estrada de terra, o horário de trabalho é de 7h às 16h, de segunda a sexta, e dura em média um período de quatro meses, podendo se estender até seis meses de colheita dependendo da quantidade produzida na safra.

O esposo de Joana também é trabalhador rural, trabalha em uma fazenda com carteira de trabalho registrada. Ela afirma que o trabalho doméstico é dividido entre os dois, a limpeza, comida, manutenção da horta que possuem no quintal, a poda dos pés de fruta.

4.1.3. Vanda

É uma mulher não branca de 28 anos, nasceu em Carrancas (MG), estudou até o 9º ano do ensino fundamental, foi mãe aos 17 anos e começou a trabalhar no café aos 18, com carteira assinada em uma fazenda do município de Luminárias (MG), onde ficou quatro anos, e trabalhou informalmente como safrista até os 26 anos. Mora no município de Ingaí (MG), em um bairro da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB), com mais 4 pessoas, sendo o companheiro, o filho, uma tia e um tio. Durante o tempo em que trabalhou relata que era oferecido um ônibus que levava e trazia as trabalhadoras e trabalhadores todos os dias. Ainda que em alguns momentos de seu relato, ela caracterizar o trabalho como divertido, apesar dos bichos que encontravam nos cafezais, cita a relação com as companheiras como algo positivo e que aproveitavam o caminho para o trabalho. Em determinado momento afirma que não considera o trabalho nem muito leve e nem muito pesado, mas muda de ideia ao relembrar a realidade de uma das fazendas em que trabalhou e relata que a remuneração era muito inferior às outras, isso fazia com que tentasse colher o máximo possível durante o tempo de trabalho para aumentar o valor recebido, tornando o trabalho mais exaustivo. Além de mencionar que mesmo com o horário de trabalho que era de 7h às 16h, aconteciam imprevistos, que em muitas vezes faziam com que ficassem mais tempo no trabalho. Relata casos de já terem que ficar na fazenda descarregando caminhão de mudas, com muita chuva, após o horário de trabalho e um dia que não havia motorista para dirigir a Kombi que era usada na época e uma das trabalhadoras ter que dirigir pela primeira vez o veículo para que as levasse até a cidade. E ao final de seu relato afirma que trabalhar nas plantações não é fácil.

No ano de 2021, Vanda foi aprovada em um concurso na Prefeitura Municipal da cidade como profissional de limpeza, foi quando deixou o emprego na fazenda. Ela é a única empregada na casa, a tia e o tio são portadores de deficiência cognitiva e auditiva, por isso recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O trabalho doméstico é dividido entre todos os adultos da casa, ela conta que como trabalha, o companheiro fica responsável por cozinhar.

4.2. A vida das mulheres e os direitos trabalhistas

A Constituição de 1988, estabeleceu um sistema de proteção social chamada “seguridade social” baseado no princípio de universalidade, em prol de garantir a todas e todos direitos básicos de vida. Dessa forma, existem dois pilares na seguridade social, um pautado na

garantia de saúde aos indivíduos e o segundo na concessão de recursos para uma sobrevivência digna dos cidadãos, os quais não podem ser obtidos pelo próprio esforço (PIERDONÁ, 2008). A previdência se encontra nesse segundo pilar.

No período anterior à Constituição de 1988, a classe de trabalhadores rurais não estava incluída nos atos constitucionais, possuíam um regime próprio de previdência, chamado Prorural-Funrural – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, criado pela Lei complementar 11, de 25 de maio de 1971 (PIERDONÁ, 2008). No entanto, a luta pelos direitos dessa classe já acontecia pelo menos desde 1940, como a conquista do direito à estabilidade do trabalhador rural, na Constituição de 1946.

A partir disso, é possível compreender as realidades trazidas com os dados coletados nas entrevistas, com as trabalhadoras rurais das fazendas de café. Dona Sonia, a mais velha entre elas, nasceu no ano de 1946, segundo seus relatos começou a trabalhar nas plantações de café, em fazendas que não cumpriam o que era estabelecido pela legislação trabalhista, aos 10 anos de idade, sendo assim, já estava no mercado de trabalho rural aproximadamente no final da década de 1950, na condição de trabalho infantil. Durante a adolescência trabalhou em algumas fazendas, até se estabelecer em uma após o casamento, com carga horária que ultrapassava doze horas de trabalho ao dia. Relata que caminhavam cerca de duas horas para chegar às plantações, fazendo com que acordassem antes das quatro horas da manhã para chegar no horário. Além disso, havia plantações localizadas no alto das serras e na época da colheita as trabalhadoras precisavam ser levadas de trator, evidenciando que não havia garantia de um transporte adequado.

Após a inclusão dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais na Constituição de 1988, dona Sonia conta que teve sua carteira de trabalho registrada, já com os quatro filhos, por volta dos 45 anos de idade, relata que desde dessa época até a sua aposentadoria “encheu duas carteiras” em fazendas diferentes na região, sendo possível concluir, que a instabilidade ainda persistia no campo do trabalho rural. A princípio, no que diz respeito às condições de trabalho nas fazendas, eram semelhantes ao cenário anterior a 1988, não era oferecido transporte para buscar e levar as trabalhadoras e trabalhadores, a alimentação era feita em algum ambiente que encontravam com sombra e às vezes havia muito mato ao redor, não havia banheiro no local de trabalho, não era feito uso de EPIs. A remuneração sempre foi sobre a medida, que corresponde a 60 litros de grãos de café colhido, e quando não eram funcionárias fixas em apenas uma fazenda, trabalhando como safristas não tinham direito às férias e outros benefícios. Sobre os

transportes, foi apenas nos últimos anos como trabalhadora rural que ela pode usufruir desse direito, a maior parte da sua vida profissional, não havia auxílio nesse sentido.

Ademais, na trajetória da segunda entrevistada, é possível compreender uma perspectiva que atravessa o passado e o presente. Joana nasceu no ano de 1965, também possui histórico de trabalho infantil, começando aos 13 anos de idade e trabalhou informalmente até o ano de 1995. A partir de 1996 foi contratada com registro na carteira de trabalho, como safrista em uma fazenda no município de Luminárias, apenas no período da colheita do café, que dura em média quatro meses ao ano. Trabalha dessa mesma maneira até hoje, mas em outras fazendas da região de Ingaí. Após esse período ela afirma ficar desempregada. Sendo assim, o tempo contabilizado em registro é apenas o período em que está trabalhando. Por conta disso, ela não sabe ao certo quando conseguirá se aposentar. A época do ano em que trabalha, geralmente vai de abril até junho ou julho, algumas de suas companheiras trabalham durante todo o ciclo do café, capinando, cortando, limpando as plantações, mas ela relata que por causa do diabetes não consegue, pois, essas atividades demandam mais esforço físico do que a colheita.

Sobre a terceira narrativa, Vanda é uma mulher que nasceu nos anos 1990, deixou a escola antes de concluir o ensino médio, teve um filho aos 17 anos e começou a trabalhar em uma fazenda de café aos 18 anos de idade em 2012, com registro na carteira de trabalho e como funcionária fixa na fazenda. Isso fez que tenha sido amparada em relação a garantia de direitos como férias, folgas e horas trabalhadas. Contudo, a remuneração não era fixa, sendo também feita pela quantidade que colhiam. Trabalhava o ano todo não só na colheita, mas realizando também outras tarefas do ciclo do café. Nesse emprego ficou por quatro anos, depois passou a trabalhar como safrista em diferentes fazendas de maneira informal, ela relata que a partir disso a remuneração não era justa, o valor que as fazendas pagavam pela medida em relação ao que ela recebia quando era contratada pela fazenda era bastante inferior, além da carga-horária que muitas vezes ultrapassava o previsto, fazendo com que muitas vezes chegasse a trabalhar mais de onze horas por dia.

A partir das narrativas citadas é importante enfatizar o fato de que as duas entrevistadas mais velhas, não trabalharam com registro durante muitos anos de suas trajetórias como trabalhadoras rurais. Sendo esse direito garantido apenas a terceira entrevistada, a mais jovem que também viveu períodos de informalidade. A partir das conquistas alcançadas com a Constituição de 1988, com o amadurecimento da legislação trabalhista possibilitaram um avanço nesse sentido.

E para compreender como as leis trabalhistas amparam essas mulheres, é importante apontar que a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), não faz nenhuma diferenciação em relação a trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais, trata de maneira igual, com exigência de que sejam registrados e registradas em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). E conforme a Lei nº. 5.889, de 8 de junho de 1973, e pelo Decreto nº. 73.626, de 12 de fevereiro de 1974 fica estabelecido:

- Obrigatoriedade de descanso ou alimentação, seguindo costumes da região, após 6 horas de trabalho contínuas, sem computação desse horário no tempo trabalhado.
- Proibição de qualquer tipo de trabalho para menores de 16 anos de idade, a não ser em caso de cargos de aprendiz a partir dos 14 anos. E dos 16 aos 18 anos é proibido trabalhos noturnos, insalubres, perigosos.
- Trabalhadores devem realizar exames médicos: admissional, periódico, demissional.
- É permitido acréscimo de até duas horas excedentes do horário de trabalho, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, desde que haja remuneração de no mínimo 50% maior que a hora normal, ou abatido em horas de trabalho caso combinado entre as partes.
- Aos trabalhadores rurais sem vínculo empregatício que prestem serviços a empregadores rurais, pressupõe à segurança e à saúde no trabalho, à jornada de trabalho, entre outras.

Nesse sentido, analisando a circunstância das trabalhadoras entrevistadas, os relatos são de que ainda que haja ocorrência de dias em que são feitas horas a mais nas fazendas, não recebem valores referentes a essas horas, assim como não tem direito a folgas para abater essas horas excedentes, isso se aplica tanto na situação de trabalho formal e contínuo, como na condição de safristas.

Outra questão é a respeito da saúde das trabalhadoras, como foi relatado por Sonia, trabalhou por muitos anos com problemas de saúde, que a fizeram necessitar de cirurgia e além de continuar trabalhando com dores, não houve nenhum auxílio por parte dos empregadores sobre isso.

Ao analisar as mudanças no meio de trabalho rural ao longo dos anos e as conquistas de leis trabalhistas mais justas, é possível perceber que existem peculiaridades ligadas ao trabalho rural, que divergem das do meio de trabalho urbano, necessárias de serem incluídas na legislação. A tardia inclusão de trabalhadores rurais na Constituição culminou para que muitas

peessoas antes dos anos 1988 se sujeitassem a condições precárias de trabalho. Após a Constituição de 1988, as condições de trabalho tiveram um avanço, com leis trabalhistas aparando de maneira mais justa trabalhadores rurais. No entanto, é possível compreender a partir das narrativas das mulheres, que nos últimos anos, as condições de trabalho rural voltam a permear a informalidade, ainda com a garantia do registro na carteira de trabalho, o trabalho fixo nas fazendas passa a ser menos procurado, dando lugar a empregos temporários e sazonais.

4.3. Relação com trabalho doméstico enquanto trabalhadoras rurais

Com base nos relatos das trabalhadoras, é possível identificar mudanças no que diz respeito ao cenário do trabalho doméstico em cada época. A primeira entrevistada, afirma ter sido responsável por todo trabalho doméstico e cuidado com os filhos durante toda vida, sem rede de apoio ou divisão de tarefas com outros moradores da casa. Além de trabalhar fora nas plantações de café e passar mais de 12 horas fora de casa segundo seus relatos. “Toda vida fiquei por conta do serviço de casa, tanto antigamente como daqui para a frente.” Relata dona Sonia. Já nas falas de Joana é possível perceber que embora ela tenha sido a maior responsável pelo trabalho doméstico durante a maior parte da vida, mesmo enquanto trabalhava, ela fala sobre receber ajuda no cuidado com os filhos enquanto eram pequenos, sendo possível perceber a existência de uma rede de apoio, diferente do caso da dona Sonia. Quando questionada sobre os afazeres domésticos, a entrevista pontua:

[...] agora que sou só eu e meu marido, as coisas são tranquilas, pouca comida, hoje em dia é mais fácil que a gente já tem a máquina para lavar as roupas e meu marido me ajuda muito, se chego do serviço mais tarde ele já vai cozinhando a janta, coloca o feijão para cozinhar se precisar.

Além disso, atualmente Joana afirma que o trabalho doméstico é dividido com o marido. Nesse sentido, no que diz respeito a narrativa de Vanda, uma mulher mais jovem de uma época que já se distancia um pouco da primeira narrativa, ela não só afirma a divisão do trabalho doméstico, como assume o papel de chefe de família em casa, em que o companheiro e os outros moradores cuidam das tarefas domésticas, do preparo das refeições enquanto ela trabalha fora. “A gente divide tudo, tem que dividir tudo, meu marido faz a janta e eu trabalho e ele vai começar a estudar no final desse mês, ele também trabalhava na roça, mas na roça o serviço é custoso, é pesado demais”.

Segundo o IBGE, o dado sobre a proporção de famílias com mulheres responsáveis pelas famílias foi de 35,3% em 2010. Considerando a renda de até ½ salário mínimo correspondia a

40,8%, enquanto que as que recebiam mais de 2 salários correspondia a 32,7%. Considerando responsável sem cônjuge, com filhos e filhas, o número era de 87,40%. O papel de chefe de família surge para as mulheres de classes sociais menos privilegiadas como uma alternativa diante da necessidade, em que muitas vezes as mulheres são as únicas responsáveis pela criação de filhos e filhas, sendo possível identificar essas novas formas de organização familiar nas entrevistas anteriores.

Ainda de acordo com os dados do IBGE, no estado de Minas Gerais a média de horas de homens brancos equivale a 10,8%, de homens pretos e pardos a 11,1%. Já a média para mulheres brancas foi de 22,4%, e para mulheres pretas e pardas 23,3%, considerando pessoas acima de 14 anos de idade, sobre a indicação do coeficiente de variação, Grandes Regiões e Unidades da Federação (2019).

4.4. Como o trabalho atravessa os corpos nos sentidos físicos e psíquicos

De acordo com Bueno (2016), considerando a premissa de que as relações sociais se inscrevem nos corpos, e retomando a constatação de que parte da experiência de trabalhadoras e trabalhadores rurais são invisibilizadas nos estudos acadêmicos, é necessário dar luz às vivências dos corpos no ambiente de trabalho.

Assim como Bueno (2016), afirma que em sua pesquisa de campo foi explícito que o trabalho realizado nas plantações de flores, não era leve nem delicado. Com relatos que alertavam sobre jornadas exaustivas de trabalho e afastamento por tendinite, problemas respiratórios e dores na coluna, sendo dores e doenças ocasionadas pelo trabalho (BUENO; 2016). Em consonância aos os relatos das trabalhadoras rurais trazidos na presente pesquisa, também não consideram o trabalho leve, apesar de em alguns momentos das falas as trabalhadoras se contradizerem ao falar do trabalho como uma atividade não muito pesada, é possível identificar nos relatos, casos de dores e doenças que se não ocasionadas pelo trabalho, foram agravadas pelo mesmo.

Dona Sonia, a mais velha, que trabalhou mais tempo sem as condições básicas de garantias trabalhistas, não relata em nenhum momento que recebeu afastamento por conta do problema das pernas, fazendo com que muitas vezes trabalhasse mesmo com dores e dificuldade para andar. “Eu to lutando com essa perna tem 5 anos, até fazer a cirurgia, aí além do desgaste deu que eu tenho uma doença no osso, eu fico chateada ontem eu chorei sentada aqui, mas agora

é recuperar e ter paciência.” Em outro momento a entrevistada relata a demora em buscar tratamento para o problema de saúde:

Quando eu passei no médico ele falou comigo, para eu procurar um médico que estava com começo de desgaste, mas a gente nem liga, a gente só quer saber de trabalhar, meu marido falava que eu estava mancando e ficando torta, se eu tivesse procurado antes, não estava passando por isso, mas a gente só quer pensar em trabalhar, deixa o resto para trás. Mas é que nem as minhas irmãs falam, agora é olhar daqui para frente.

Já Joana, menciona episódios em que passou mal durante o trabalho, por conta da diabetes, pelos longos períodos sem comer. Além disso, a atividade realizada, demanda muito tempo de exposição ao sol, ainda que atualmente algumas fazendas forneçam EPIs como protetor solar, chapéu, esses não conseguem sanar totalmente os danos que os raios solares e o calor podem causar. Além de não ser algo garantido por todas as fazendas que fazem isso. Outra questão é sobre a quantidade de horas trabalhadas, assim como Bueno (2016), trouxe nas narrativas relatos de longas jornadas de trabalho, nas entrevistas com as trabalhadoras dos cafezais também é relatado que não computadas horas extras que precisam fazer, evidenciando que muitas vezes no trabalho rural o tempo dedicado não é considerado para a remuneração, mas sim a produção, que nesse caso se dá pela medida do café.

Ademais, na pesquisa de Bueno (2016), sobre a experiência do trabalho com flores na região de Holambra, uma estratégia usada pelos empregadores, são os chamados “contratinhos” em que são feitos sucessivos contratos de experiência, quando a necessidade de mão de obra aumenta em razão da alta na produtividade, e logo após esse pico, as trabalhadoras e trabalhadores são demitidos, sem que os empregadores tenham que arcar com direitos trabalhistas (BUENO; 2016). Essa dinâmica se assemelha muito ao que acontece com as mulheres que trabalham como safristas nas plantações de café. Considerando que são contratadas e demitidas em um curto período, as deixando vulneráveis a instabilidade e ao desemprego.

Pensar sobre as maneiras como o trabalho atravessa os corpos, inclui não apenas as questões físicas, como também as questões psíquicas. Para Bueno (2016), nas plantações de flores, o medo e o sofrimento aparecem em diferentes momentos das narrativas dos trabalhadores e trabalhadoras. Nos relatos das trabalhadoras do café, sentimentos como sofrimento e insegurança são trazidos em vários momentos, dona Sonia ao relembrar o período em que morava na fazenda e as dificuldades enfrentadas para poder trabalhar, principalmente nos relatos sobre os problemas de saúde e a angústia ao relembrar os momentos em que teve

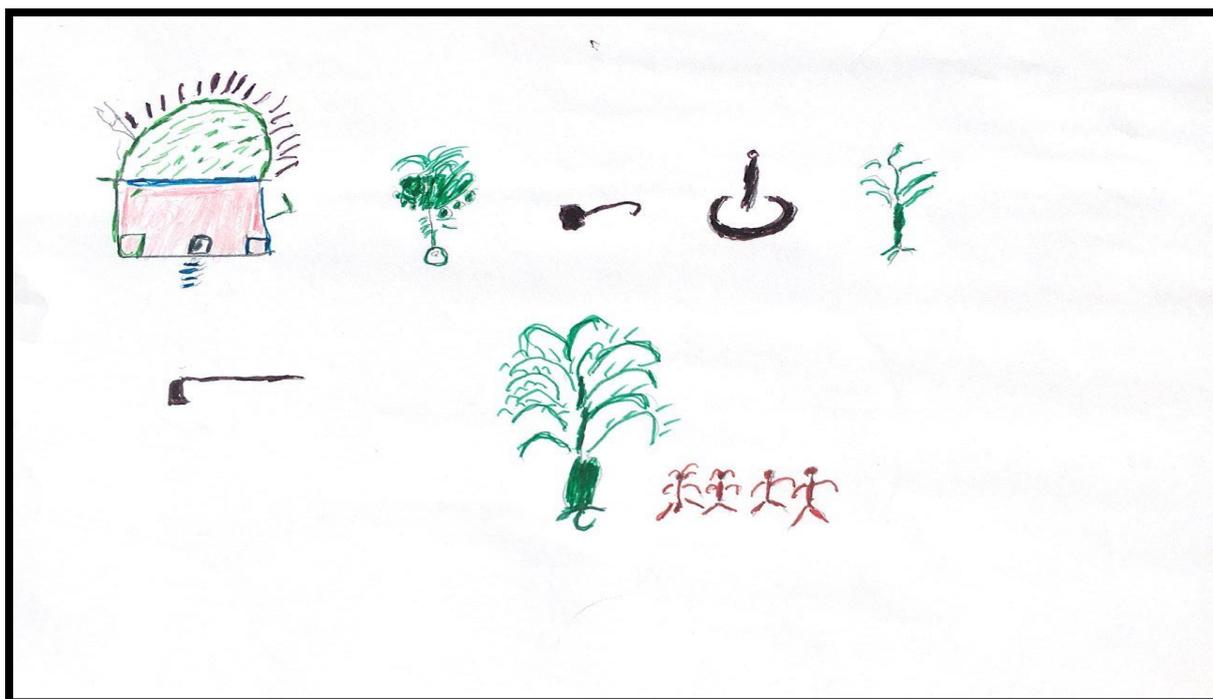
que trabalhar mesmo com as dores. Joana, nos relatos sobre a situação de trabalhar apenas uma época do ano e a instabilidade que enfrenta após esse período. Além de algumas trabalhadoras se sentirem pressionadas pelo fato da remuneração ser feita pela quantidade, com relatos de algumas companheiras que chegaram a colher mais de 16 medidas em um dia, o que equivale a mais de mil litros de grãos de café.

Sobre as emoções que permeiam suas trajetórias, pode-se perceber que apesar dos sentimentos negativos trazidos anteriormente, nos relatos as trabalhadoras demonstram sensibilidade ao falar sobre o contato com o trabalho no campo, com a terra, com as companheiras. A reafirmação desse entendimento é importante na medida em que a atribuição dessas características podem criar uma aproximação ainda maior do trabalho com o campo da natureza, com um argumento que reforça a ideia do trabalho ligado ao instinto, não considerando como um conhecimento construído socialmente ao longo de suas trajetórias, além de também ser usado para manutenção da desvalorização salarial do trabalho (BUENO; 2016).

É necessário um posicionamento crítico acerca da romantização dos trabalhos realizados pelas mulheres, mesmo quando não se enquadram em atividades consideradas leves, como o trabalho rural, além da desvalorização por manutenção de pensamentos sexistas, a desvalorização dos conhecimentos adquiridos socialmente, bem como, a valorização dos trabalhos manuais e das tecnologias sociais.

4.5. Interpretação dos mapas afetivos

4.5.1. Mapa afetivo Sonia



Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2022 no município de Ingai – MG

Ao receber o papel e os materiais de desenho a entrevistada afirma “vou querer por um pano de café, uma enxada, uma foice, tudo”. Na margem esquerda superior do papel, Sonia desenhou a casa que morou na fazenda com sua mãe e suas irmãs e irmãos. Ao lado um pé de café, uma enxada, um pilão, um pé de milho, e a abaixo a árvore representando onde almoçavam e descansavam e ao lado as companheiras de trabalho.

É evidente a relação do trabalho na forma como se identifica, assim como a figura do pilão ela relata que era um trabalho que fez por muitos anos na infância, na própria casa, socando arroz entre outros alimentos. As ferramentas de trabalho mostram que essa relação é algo presente desde a infância até a vida adulta. Algo que chama atenção é o fato dela não ter desenhado ela própria de maneira separada no mapa, o mapa é composto por sua casa, ferramentas de trabalho e ambiente de trabalho, outro detalhe interessante de sua fala enquanto realizava é a forma como narra enquanto desenhava as companheiras “ vou pintar elas de vermelho” demonstrando a maneira como as enxerga, no entanto, um fato importante é que a entrevistada não fez a representação de si mesma no desenho, apenas as ferramentas de trabalho, o ambiente e as trabalhadoras de um modo geral.

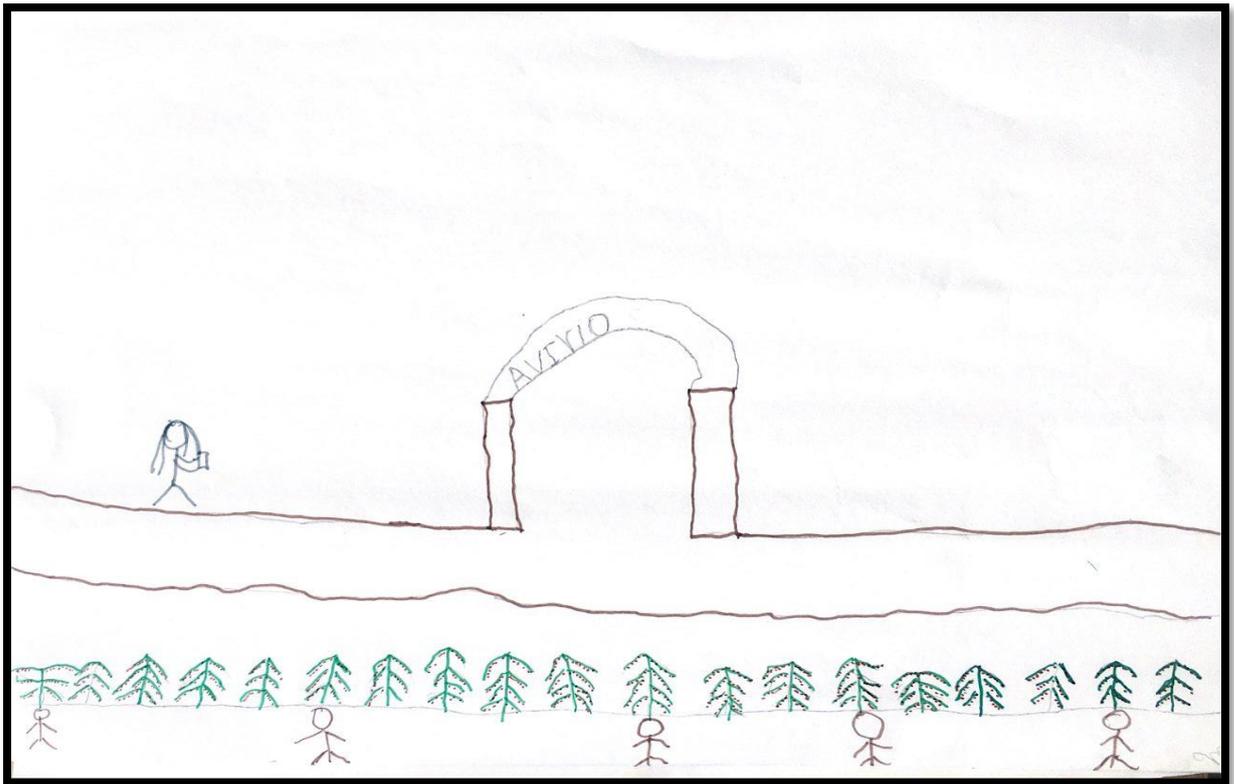
4.5.2. Mapa afetivo Joana



Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2022 no município de Ingá – MG

No lado superior esquerdo do papel, Joana representou a casa em que mora e ela mesma, evidenciando as duas em um tamanho maior ao restante das representações. Abaixo desenhou o pé de café e suas companheiras de trabalho, colorindo cada uma de uma cor e ao lado os grãos de café colhidos, representando uma medida. Na margem direita superior ela desenhou uma bananeira e explica que na fazenda em que trabalha tem bananeiras ao redor da plantação, mas que elas são proibidas de colherem, relata que as vezes os proprietários colhem e distribuem entre elas. Abaixo desenhou uma flor representando as flores que afirma ter no caminho para o cafezal. É possível compreender que as relações com o ambiente de trabalho permeiam a forma como se coloca no mundo, mas a forma como ela enxerga sua casa e a si mesma ainda se colocam em primeiro lugar no mapa.

4.5.3. Mapa afetivo Vanda



Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2022 no município de Ingaí – MG

No mapa de Vanda, ela representou o portão de entrada da fazenda onde trabalhou, abaixo fez os pés de café e as trabalhadoras. É importante dar atenção ao fato de que as únicas representações feitas foram sobre o ambiente de trabalho, mas ao mesmo tempo, ela se coloca representada no desenho do lado de fora do portão da fazenda, por não fazer mais parte da realidade atual, já que deixou o café para trabalhar na Prefeitura Municipal. Outro ponto importante é o fato de que a fazenda representada por ela, foi a fazenda em que trabalhou com registro, mencionando até mesmo o nome da fazenda na placa de entrada, simbolizando a significância que um emprego formal pode ter na vida das trabalhadoras. E nas mãos a entrevistada representa um aparelho celular, representando o valor material que o trabalho possibilitou a ela, a partir do trabalho na fazenda ela relata a aquisição de bens e até mesmo a casa própria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da trajetória das trabalhadoras rurais, é possível compreender um caminho marcado por muita luta e muita desigualdade do que diz respeito ao reconhecimento e valorização das atividades realizadas por mulheres. A importância da Constituição é inegável para pensar o trabalho rural, responsável pela conquista de avanços fundamentais na legislação trabalhista, é perceptível a forma como a falta de direitos trabalhistas influenciou nas trajetórias de cada entrevistada trazida no respectivo estudo. Na primeira entrevista, em que a trabalhadora passou a maior parte da vida trabalhando em condições insalubres, sem registro e amparo da legislação, é nítido a carga negativa tanto física como psicológica que ela traz em seus relatos. Sendo danos irreparáveis para a vida das mulheres que trabalharam a vida toda no meio rural nessa época. Ainda assim, é possível compreender a importância do trabalho e da roça em sua subjetividade, a forma como fala sobre o campo e o trabalho demonstram múltiplos sentimentos bons e ruins.

Nesse mesmo contexto, é evidenciado na segunda narrativa a persistência dos trabalhos sem registro, que não garantem direitos trabalhistas e estabilidade a essa classe. Sendo possível identificar nas falas da segunda entrevistada sentimento de insegurança que persistem diante da vulnerabilidade enfrentada pelo trabalho sem registro e temporário. Além da imprevisibilidade quando se trata dos direitos a previdência social dela.

Já na terceira entrevista, um fato relevante encontrando tanto em seus relatos quanto em seu mapa afetivo, foi a maneira como o emprego com registro, com garantias trabalhistas, é importante para a vida dessas mulheres, a entrevistada não cita a insegurança como um problema enquanto trabalhava nas plantações, traz momentos sobre o trabalho ser árduo e pesado e por isso ter buscado outro trabalho.

Diante desse contexto, é possível concluir que a forma como o trabalho atravessa a vida das mulheres possui caminhos diversos, percorrendo lógicas que vão desde o reconhecimento, a subjetividade de cada uma e a estabilidade. Em que o papel das leis trabalhistas, assim como políticas públicas direcionadas para que estas leis sejam asseguradas as trabalhadoras rurais, se fazem fundamentais para que haja avanços no trabalho dessa classe, possibilitando perspectivas

de um mercado de trabalho rural mais justo e focado em garantir o seguimento rigoroso das leis trabalhistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC NEWS BRASIL. **Violência doméstica: 5 obstáculos que mulheres enfrentam para denunciar**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151209_obstaculos_violencia_mulher_rm. Acesso em: 6 abr. 2022.

BUENO, Juliana Dourado. Sobre rosas e espinhos - experiências de trabalho com flores na região de Holambra (SP). 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – **Universidade Federal de São Carlos, São Carlos**, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8111>

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2003. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/butler-problemas-do-gecc82nero.pdf>

CAMARGOS, Milena C. S; RIANI, Juliana Lucena Ruas & MARINHO, Karina Rabelo Leite (2014). Mercado De Trabalho E Gênero: Uma Análise Das Desigualdades Em Minas Gerais. **Revista Pretexto**, 15(2), 41-57. Disponível: <https://doi.org/10.21714/pretexto.v15i2.1971> Acesso em 12 de agosto de 2021.

CASSIA, Rita; GOMES, Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; VÁZQUEZ, Cláudia Lazcano; TONELI Maria Juracy. (2016) Participação política e subjetividade - Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil **Periódicos Eletrônicos em Psicologia** 47(2), 148-158. Disponível: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2016.2.21933> Acesso em 12 de agosto de 2021.

CRENSHAW, K. W. (1989), “Demarginalizing the intersection of raque and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.

DORNELA, F. N. Narrativas De Trabalhadoras Rurais Na Cafeicultura Da Região Do Cerrado Mineiro: Explorando As Fissuras Do Colonialismo: **UNIVERSIDADE FEDERAL**

DE UBERLÂNDIA, Uberlândia, 26 fev. 2018 p. 8 - 156. DOI

[//repositorio.ufu.br/handle/123456789/22725](http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22725). Acesso em: 17 nov. 2021.

EBLING, Sandra *et al.* As Mulheres E Suas ‘Lidas’: Compreensões Acerca De Trabalho E Saúde. **Trabalho Educação e Saúde**, v. 13, n. 3, p. 581 - 596, 1 dez. 2015. DOI

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sip00065>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sip00065>. Acesso em: 15 set. 2021.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). (2011), O Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación. Roma, **FAO**, parte I.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. São Paulo, n. 14/15, 1 out. 2013. Cadernos de campo, p. 1-382. Disponível em: <https://www.sumarios.org/artigo/da-redistribui%C3%A7%C3%A3o-ao-reconhecimento-dilemas-da-justi%C3%A7a-numa-era-p%C3%B3s-socialista>. Acesso em: 22 out. 2021.

FRASER, Nancy. 2001. “From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age”. In: S. Seidman; J. Alexander. (orgs.). 2001. The new social theory reader. Londres: Routledge, pp. 285-293. Outra versão do artigo foi publicada na New Left Review (212: 68-93, 1995).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Boletim PAD – MG/2013. Indicadores Básicos/Documento metodológico. Belo Horizonte: **Fundação João Pinheiro**, ano 3, n. 7. 1 dez. 2014. Disponível em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/2-Boletim-PAD-MG-2013-Indicadores-B%C3%A1sicos-Documento-metodol%C3%B3gico-2014.pdf> Acesso em: 15 set. 2021.

GOMES, Rita de Cassia Maciazeki- et al. Participação política e subjetividade - Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil. **Porto Alegre**, v. 47, n. 2, p. 148-158, 2016.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712016000200007. Acesso em: 8 de maio de 2022.

GONÇALVES, A J. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Dossiê Desenvolvimento Rural, Estudos Avan.** v. 15 p. 173 - 184, jan. 2001. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300014>. Acesso em: 9 fev. 2022.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e Consustancialidade das Relações Sociais. v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. DOI doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005. Acesso em: 17 nov. 2021.

IBGE. **Censo Demográfico**. DOI: [tps://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/1471-migracao-e-deslocamento.html](https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/1471-migracao-e-deslocamento.html). Acesso em: 9 fev. 2022.

KERGOAT, D. (1978), “Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale”. *Critiques de l’Économie Politique*, 5: 65-97, nova série.

MARQUES, Gabriela; SILVA, R Q Denise. Invisibilidade Das Mulheres Trabalhadoras Rurais: As Produções Científicas Da Psicologia No Brasil. **Universidade Feevale**, v. 23, p. 1-16, 2018. DOI 10.4025/psicoestud.v23.e41050. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/1250724/>. Acesso em: 15 set. 2021.

SALVARO, G. I. J., Lago, M. C. S., & Wolff, C. S. (2013). “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, 25(1), 79-89.

SANTOS, P. R. P.; MEIRA, A. L.; SOUZA, S. E. Uma abordagem sobre o papel da mulher na cadeia produtiva do café no Município da Barra do Choça, Bahia: **Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul**, v. 23, n. 2, p. 60-80, maio-agosto de 2018. DOI:sbicafe.ufv.br:80/handle/123456789/3720 Acesso em: 17 nov. 2021.

SENICATO, Caroline; LIMA, Margareth Guimarães; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo (2016). Ser Trabalhadora Remunerada Ou Dona De Casa Associa-Se À Qualidade De Vida Relacionada À Saúde? **Cad. Saúde Pública** 32(8). Disponível: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00085415> Acesso em 12 de agosto de 2021.

VETTORASSI, Andréa. Mapas Afetivos: Recursos Metodológicos Baseados Na História Oral E Reflexões Sobre Identidades Espaciais E Temporais Em Estudo Sociológico. **História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 3, p. 155 - 176, 1 dez. 2014. DOI 10.18223/hiscult.v3i3.1414. Disponível em: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v3i3.1414>. Acesso em: 15 set. 2021.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M. Previdência Rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. **Brasília: ipea**, 2016.

APÊNDICE A – Questionário

1. Perguntas iniciais:

- a. Nome.
- b. Idade.
- c. Local de nascimento.
- d. Vínculo empregatício.
- e. Escolaridade.
- f. Cor.

2. Onde mora? Quantas pessoas moram com você? Como é a composição familiar?

3. Como é a relação em casa?

4. Como é feita a divisão das tarefas domésticas? Se sente sobrecarregada?

5. Qual a distância de casa até o trabalho e como faz para chegar lá?

6. Como se sentem na própria casa?

7. Como se sentem no ambiente de trabalho?

8. Sente alguma diferença na valorização do seu trabalho em relação ao trabalho masculino? E na remuneração?

9. Como é tratada pelos homens que trabalham junto?
10. Quais atividades realizam no cafezal?
11. Quantas horas são os turnos de trabalho? De que horas até que horas? E quanto tempo em meses? (Caso seja safrista)
12. Onde você passa mais tempo no seu dia?
13. Há quanto tempo é trabalhadora rural?

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado(a) Senhor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que

você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

I – Título do trabalho experimental: TRABALHADORAS RURAIS DE UMA MICRORREGIÃO DO SUL DE MINAS GERAIS: A LUZ DA FORMALIDADE E INFORMALIDADE, SUAS TRAJETÓRIAS E LIDAS.

Pesquisador (es) responsável(is): Camila Maria Risso Sales / Stella Silveira Campos Resende
Cargo/Função: Orientadora / Orientanda

Instituição/Departamento: DAP – Departamento de Administração Pública

Telefone para contato: 35 9244-5331 / 35 99884-1566

Local da coleta de dados: Ambiente virtual e entrevistas presenciais

II – OBJETIVOS

Avaliar a trajetória das mulheres trabalhadoras rurais sobre as leis trabalhistas, a forma como direitos trabalhistas, trabalho com registro, podem influenciar suas vidas, além de compreender suas lidas, a forma como se enxergam e se colocam na sociedade, pensando sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a interseccionalidade. Com base na realidade de mulheres em idades e tempos diferentes.

III – JUSTIFICATIVA

A pesquisa feita com as trabalhadoras rurais, objeto de estudo, é fundamental para aprofundamento dos estudos e maior assertividade dos resultados obtidos e conclusão dessa pesquisa. Sendo a pesquisa realizada de forma sigilosa, para resguardar privacidade das participantes, seus nomes serão codificados, preservando suas identidades. Todo material obtido será utilizado apenas para fins do desenvolvimento do presente trabalho e responsáveis.

IV – PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO AMOSTRA

As entrevistas serão realizadas com três trabalhadoras, como forma de que os dados coletados contemplem narrativas diferentes para ampliação dos dados. Sendo uma pesquisa qualitativa, com realização de 3 entrevistas.

EXAMES

A pesquisa será realizada com base em um roteiro estruturado e padronizado para as participantes.

V – RISCOS ESPERADOS

Não há risco previsível pela participação na pesquisa. As perguntas podem trazer algum tipo de desconforto em relação aos sentimentos acarretados pelos assuntos trazidos, sobre sentimentos que podem ter em relação ao ambiente de trabalho ao longo das suas vidas. Assim como os resultados encontrados que podem não atender as expectativas construídas anteriormente. Frisando que as pesquisadoras serão as únicas a terem acesso ao material coletado nas entrevistas, sobre as possibilidades ainda existentes de quebra de sigilo, ainda involuntárias, as consequências serão tratadas nos termos da lei. Diante disso, as pesquisadoras garantem o acesso aos dados em qualquer momento antes, durante e após o desenvolvimento do estudo. Além disso, os responsáveis se comprometem a tentar minimizar o máximo qualquer desconforto que possa ser gerado com as perguntas feitas, garantindo a liberdade de não responder caso não se sintam confortáveis.

VI – BENEFÍCIOS

Não há benefício direto para as participantes voluntárias da pesquisa. Os benefícios para as pesquisadoras é o acesso aos dados e informações coletadas a partir das entrevistas sobre a forma de trabalho que percorre a vida dessas mulheres, para compreensão da forma como a legislação trabalhista tem influência sobre suas vidas profissionais e pessoais. O conhecimento gerado através da pesquisa e da coleta de dados tem potenciais benefícios para a população em geral, considerando o aprofundamento sobre como os trabalhos com registros podem influenciar positivamente a vida das trabalhadoras e trabalhadores.

VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

Não há risco significativos, certamente a pesquisa será encerrada ao final das entrevistas, ou caso não haja adesão do público-alvo.

VIII – CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa.

Lavras, 27 de abril de 2022.

Nome (legível) / RG

Assinatura

ATENÇÃO! Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que eventualmente ocorrerem; será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-Reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Administração Pública. Telefones de contato: contato: 035 3829-1772.